



Sistema carcerário

Congresso aprova fim da 'saidinha', só com exceção para estudo

— Proposta foi aprovada em votação simbólica e vai agora para a sanção do presidente da República

LEVY TELLES

A Câmara dos Deputados aprovou, em votação simbólica, o projeto de lei que restringe a "saidinha", a saída temporária de presos em datas comemorativas, e veda a concessão em casos de crime hediondo ou cometido com violência ou grave ameaça. O texto vai para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

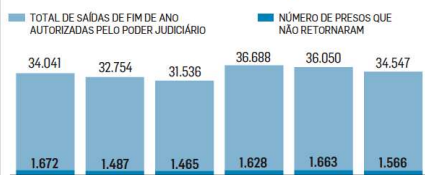
A proposição aprovada agora prevê esse direito apenas para detentos inscritos em cursos profissionalizantes ou que cursem os ensinos médio e superior, somente pelo tempo necessário para essas atividades. Só o PSOL protestou durante a votação simbólica.

O texto passou por alterações no Senado e foi aprovado como estava, suavizando a proposição inicial da Câmara, aprovada em agosto de 2022, quando indicava uma mudança ainda mais drástica, com o fim integral da "saidinha", isto é, sem nenhuma exceção.

A proposta que foi aprovada em definitivo ontem também prevê exigência de exame criminológico para a progressão de regime penal (algo que deixou de ser utilizado com a atual Lei de Execução Penal) e o monitoramento eletrônico obrigatório dos detentos que

OS NÚMEROS

Cerca de 4,5% dos detentos liberados provisoriamente no fim do ano não voltaram para o sistema penitenciário



FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SAP) / INFOGRÁFICO ESTADO

passam para os regimes semiaberto e aberto. O exame avalia "autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade", segundo consideraram os parlamentares.

HOJE. Na legislação em vigor, a autorização é dada aos detentos que tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de primeira condenação, e um quarto, quando reincidentes. As "saidinhas" ocorrem até cinco vezes por ano e não podem passar de sete dias.

O novo texto é de autoria de Guilherme Derrite (PL-SP). Ele até se licenciou do cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo temporariamente para voltar à função

de deputado federal e acompanhar a votação dessa proposição. "Isso não vai resolver o problema da Segurança Pública", postou.

Outras medidas
O texto também prevê exigência de exame criminológico para a progressão de regime

ca completamente, mas é um importante passo, é o primeiro passo.

A primeira saidinha do ano começou há uma semana, com 32 mil beneficiados só em São Paulo. A Secretaria da Seguran-

ça Pública do Estado informou no domingo que 417 detentos foram presos por descumprimento de medidas judiciais previstas durante a saída temporária; 31 deles estavam cometendo novos crimes. No Estado, nos anos mais recentes, em média 5% dos que saíram temporariamente não voltaram.

REAÇÕES. Temendo uma vitória com ampla margem pelo fim da saidinha, o governo, assim como fez no Senado, não orientou voto sobre o tema. "Não é uma matéria de governo e nem o governo vai se envolver nisso, é uma matéria do Legislativo", disse o líder, José Guimarães (PT-CE). Alguns petistas, porém, se manifestaram a favor da atual "saidinha". Erika Kokay (PT-DF) disse que "a lógica que se impõe aqui é de recrudescimento penal, de um punitivismo que não dá respostas à sociedade".

Deputados da chamada bancada da bala comemoraram a aprovação do PL. "É um dia histórico para esta Casa", disse Alberto Fraga (PL-DF), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Em suas redes sociais, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também festejou a aprovação. "Um passo fundamental para mitigar a reincidência e acabar com a impunidade. São Paulo agradece os nobres deputados federais", postou.

ESPECIALISTAS. A medida divide especialistas ouvidos anteriormente pelo Estadão. Para o promotor Alexandre Daruge, do Ministério Público de São Paulo, a saidinha não precisaria ser extinta, mas passar por uma restrição. "É chegada a hora de equalizar um pouco isso, frear um pouco as saídas em bloco, prezando pela segurança pública", disse ao podcast *Dois Pontos*. "Quando fomenta um discurso muito punitivista, olha só para o aspecto de vingança. E quando pensa muito na ressocialização,

Saiba mais

● O que muda na progressão normal dos presos

Conforme a Câmara dos Deputados, a progressão de regime (de fechado para semiaberto) dependerá de exame criminológico favorável, além de o preso seguir as demais exigências da lei, como bom comportamento e cumprimento mínimo da pena no regime anterior. No caso da progressão para o regime aberto, além de exame criminológico, o condenado deverá também mostrar indícios de que se ajustará com baixa periculosidade ao novo regime. Para garantir isso, o juiz poderá determinar ainda o uso de tornozeleira eletrônica no regime aberto, situação permitida atualmente apenas no regime semiaberto.

● Mais tornozeleiras

Outra permissão dada ao magistrado da execução penal é exigir do preso o uso de tornozeleira quando estiver em liberdade condicional ou quando impor pena restritiva de frequência a lugares específicos.

sem verificar que aumenta o risco social dentro da execução penal, deixa de garantir que o sistema funcione a contento", afirmou.

Para o psicólogo André Vilela Kamatsu, da Universidade de São Paulo (USP), endurecer a legislação, como vem fazendo o Congresso, não resolve a questão da violência nem a prisão. "É preciso ter políticas de desencarceramento, em especial nos casos de menor gravidade, que muitas vezes sequer foram investigados e/ou julgados. E, claro, essas políticas só funcionarão se atreladas a outras políticas de maior inclusão e igualdade social", afirma. ●

LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!

TEL: (11) 5033-2000
(11) 98200-1400

vaí de votomassa e sai de carro 0 km

Votomassa-ACII Colante Externa 20kg

De: 32,90
Por: **24,90**

Mebuki-Assento Oval Almofoado Slim Branco (045316500)

De: 79,90
Por: **59,90**

AMPLA ESTACIONAMENTO: 200 VAGAS

R. ÁTICA, 47 BROOKLIN SÃO PAULO/SP

Horário de funcionamento: De Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 21:00; Sábado, das 10 às 21:00; Domingo e Férias, das 08 às 20h.

Ofertas válidas de 21/03/2024 a 27/03/2024 em qualquer sistema de estacionamento. Exclui-se: ingressos meramente informativos. Não acumulam com outras promoções, não aplicam-se a veículos de aluguel. A loja reserva-se o direito de cancelar eventuais erros gráficos. Condição de pagamento para crédito: 25% de desconto à vista, crédito, Débito e cheque.

***** SAC *****
(11) 5033-2020

VINTE NOSSO SITE: www.nicom.com.br

Projeto de Pazuello endurece regras para condenado por tráfico

O deputado Eduardo Pazuello (PL-RJ) apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados que aumenta as exigências aos condenados por tráfico de drogas para ter direito à redução de até um terço das penas. Além de endurecer os critérios que tipificam o tráfico privilegiado, o texto também visa a detalhar as práticas que podem levar à internação de crianças e adolescentes infratores.

Buscando alterar a Lei

de Drogas, número 11.343/2006, o PL 620/2024 estabelece que só terão direito à redução da pena os presos por tráfico de drogas que não foram flagrados com armas de fogo, em áreas de atuação de facção criminosa, com quantidade de drogas suficiente para a venda a mais de três pessoas e que não integrem associação para o tráfico de drogas.

Essas novas exigências somam-se às já previstas pela legislação que determinam que o condenado deve ser réu primário, possuir bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem ter ligação com facções. ● JULIA CAMINI